



**Aos Órgãos de Comunicação Social**

**As meias verdades de António Costa**

Os últimos dias foram intensos em notícias sobre anúncios e intenções de António Costa para a CML. Nalguns temas mais controversos, lá surgiram com ar cândido meios desmentidos, uns “sins, não, talvez”.

Para a Célula do PCP, os jogos de palavras do presidente António Costa são uma perda de tempo e visam criar nebulosas sobre as suas reais intenções. E as reais intenções constam no *despacho 128/P/2011 de 14 Outubro, publicado em Boletim Municipal a 3 de Novembro*, e neste, é feito um enquadramento com referência à crise económico-financeira do País e ao *Memorando* assinado entre o governo e a troika, determinando António Costa, em síntese, o seguinte:

- a) Proibição da prestação de trabalho extraordinário, excepto no caso de trabalhadores da área operacional, bombeiros, protecção civil e outras situações devidamente reconhecidas como necessárias. Tais decisões deverão ter prévia autorização. A compensação pelo trabalho extraordinário só pode ser efectuada através do respectivo descanso compensatório e só a título excepcional pode ser substituído por prestação de trabalho com acréscimo remuneratório. Por fim, é fixado o limite de 30 dias para a apresentação de estudos que nas áreas operacionais, bombeiros e outros serviços limitem ou acabem com o trabalho extraordinário.
- b) A função de segurança (Pólicia Municipal) e de protecção (Regimento de Sapadores Bombeiros), deverá ser assegurada sem recurso a gratificações ou horas extraordinárias. O pagamento de serviços remunerados aos agentes da Policia Municipal só será possível para serviços prestados a entidades externas ao município.
- c) A Direcção Municipal de Finanças deverá no prazo de 30 dias apresentar um estudo sobre a optimização de horários e circuitos de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, prevendo a hipótese de eliminação/limitação de recolha ao sábado, bem como do encerramento dos serviços não operacionais um dia por semana.

Confrontado com as questões constantes no seu despacho, no que respeita à suspensão do trabalho um dia por semana, António Costa respondeu que *“isso só será possível com o acordo do trabalhador”*. Mas então, se assim é, para quê mandar elaborar tal estudo? Aliás, já hoje há trabalhadores que ao abrigo da lei e com o acordo das partes, têm a semana de 4 dias. E suponhamos que num serviço com 15 pessoas, há 8 que fazem o acordo, ficando os outros 7 pela natureza do serviço, sem condições de executar o seu trabalho. Como é? São forçados a também aderir a tal desiderato, com prejuízo para a sua remuneração? É importante relembrar que após a sindicância realizada à CML em 2007, António Costa deu orientações para não serem permitidas acumulações de funções. Então como é?

Quanto à suspensão ao sábado da recolha de resíduos sólidos, coloca-se a questão de este trabalho ter de ser efectuado nos dias seguintes, levantando-se a questão de saber se o tempo normal de trabalho chegará para esse efeito e como são cortadas as horas extraordinárias vai-se assistindo ao acumular de lixo. Ou será que na forja está a privatização de partes desta área? Por outro lado, é curioso que António Costa diga (jornal “Público” de domingo 6/11) que *“os bairros históricos ficam fora desta medida”*. Mas então não foi pedido o tal estudo no prazo de 30 dias? Ou será que afinal esse estudo já existe, e tudo não passa de uma rábula para medir a reacção dos trabalhadores e em função disso acertar melhor o caminho por onde deseja seguir?

A Célula do PCP no Município de Lisboa considera que a concretização de algumas das medidas agora em gestação, aliada à reestruturação em desenvolvimento, conduzirá a alterações profundas com prejuízo para os trabalhadores, a população e o serviço público.

A Célula do PCP considera, por outro lado, que se impunha da parte de António Costa medidas imediatas que resolvesse a grave situação vivida por parte de trabalhadores, que no desempenho das suas tarefas ao serviço do município estão a pagar do seu bolso as deslocações que têm de efectuar dentro da cidade. Uma vergonha!

7 de Novembro de 2011

A Célula do PCP no Município de Lisboa